

A APAE/CEDEG em Campo Grande/MS (1967-1987): memória e história de sua implementação

Giovani Ferreira BEZERRA*

Alessandra Cristina FURTADO**

E meticulosa tecitura [sic] é esta, a de historiar uma instituição educativa na sua complexidade, definindo-lhe um quadro spatiotemporal, reconhecendo-lhe uma ação sociocultural, material, simbólica, organizacional, antropológica, descobrindo-lhe, pois, um sentido. (MAGALHÃES, 2004, p. 169).

Resumo: O artigo discute o processo de implementação da *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande/MS (APAE) - Centro de Educação Especial Girassol (CEDEG)*, no período de 1967 a 1987, considerando a escassez de estudos sobre essa temática e a relevância da referida instituição educacional para a compreensão da Educação Especial brasileira e sul-mato-grossense. Adota-se como referencial teórico-metodológico a abordagem da História das Instituições Educacionais, na linha da historiografia francesa. Pôde-se observar que tal instituição teve uma origem elitizada, com a participação de agentes sociais próximos aos centros e redes locais de poder. Dessa forma, conseguiu assegurar sua existência identitária e a continuidade de seu projeto inicial, ainda que com algumas alterações estratégicas, como a oferta posterior de educação formal, sem, contudo, abandonar as representações do sujeito “excepcional” como indivíduo a ser “tratado” e “reabilitado” por especialistas da entidade, secundarizando-se o aspecto pedagógico.

Palavras-chave: Memória da Educação Especial. Sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. História das Instituições Educacionais. Movimento apaeano. Pessoas com deficiência.

The APAE/CEDEG in Campo Grande/MS (1967-1987): memory and history of its implementation

Abstract: The article discusses the implementation process of the *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande/MS (APAE) - Centro de Educação Especial*

* Professor Doutor – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí (UFMS/CPNV) - Rodovia MS 141, Km 04, s/n, Saída para Ivinhema, CEP: 79950-000, Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: gfbezerra@gmail.com

** Professora Doutora – Programa de Pós-graduação em Educação - Faculdade de Educação (Faed/UFGD) – Universidade Federal da Grande Dourados - Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, s/n, Unidade II, caixa postal: 364, CEP: 79.804-970, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: alessandra_furtad@yahoo.com.br

Girassol (CEDEG), from 1967 to 1987, considering the scarceness of studies about this subject and relevance of that educational institution for understanding the Special Education of Brazil and Mato Grosso do Sul State. The approach of History of Educational Institutions, inside French historiography, is adopted as a theoretical-methodological reference. It was observed that such an institution had an elitist origin, with the participation of social agents close to the centers and local networks of power. Thus, it managed to secure its identity existence and the continuity of its initial project, although with some strategic changes, as the subsequent provision of formal education, without, however, abandoning representations of the “exceptional” person as an individual to be “treated” and “rehabilitated” by experts of the entity, at the expense of the pedagogical aspect.

Keywords: Memory of Special Education. South of Mato Grosso/Mato Grosso do Sul States. History of Educational Institutions. APAE’s movement. Disabled people.

Introdução

A história da Educação Especial no estado de Mato Grosso do Sul¹, antigo Sul de Mato Grosso, constitui-se, ainda, em um campo de estudos a ser explorado na produção da historiografia regional. Os estudos sobre o tema são escassos e, quase sempre, muito pontuais e descritivos, além de limitados à crônica das fontes oficiais e/ou institucionais. Cumprir essa tarefa demanda considerar, de forma mais ampla, que “Em relação às pesquisas relacionadas à área da História da Educação do Sul de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul, embora venham sendo desenvolvidas já há alguns anos [...] ainda são bem recentes.” (FURTADO; PINTO, 2011, p. 50). Assim, se já são poucos os estudos sobre a história da educação de um modo geral em Mato Grosso do Sul, mais ainda o são as investigações sobre a história da Educação Especial e das instituições educacionais especializadas que deram vida a essa modalidade de ensino, na localidade considerada.

A esse respeito, Neres (2007, p. 140) destaca a “[...] ausência de estudos nesse campo do conhecimento [a história da Educação Especial] e a necessidade de preservar a memória da educação especial institucional sul-mato-grossense.” Em texto mais recente, Neres e Lima (2014, n.p.) alertam para “[...] a inexistência de pesquisas que se dedicam ao levantamento de registros e fontes da constituição dessas instituições, o trabalho por elas desenvolvido e as interações [sic] com a história de educação especial no estado de Mato Grosso do Sul.”, embora o avanço da historiografia educacional das últimas décadas venha sinalizando que “Pesquisar a instituição escolar especializada revela-se como mecanismo

de análise da constituição da educação especial [...]” (NERES; FIGUEIRA; STEIN, 2015, p. 205). Dito de outro modo, é relevante que se empreendam investigações sobre a história da institucionalização da Educação Especial nesse estado, como forma de compreender os desdobramentos das práticas educacionais especializadas e suas repercussões na atualidade, localizando fontes que tornem esse trabalho possível.

Conforme a produção acadêmica pertinente à temática, podemos constatar que três instituições educacionais especializadas se destacaram no Sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, quanto ao atendimento das pessoas com deficiências, sendo, ainda, referências modelares em seu campo de atuação, a saber: o *Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos “Florivaldo Vargas”* (ISMAC)², criado em 1957; a *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais* (APAE), fundada em 1967, e a *Sociedade Pestalozzi*, inaugurada em 1979, todas as instituições na cidade de Campo Grande. Tais instituições, porém, não têm sido objeto de estudos com enfoque de uma abordagem historiográfica propriamente dita. Pode-se dizer que as poucas pesquisas existentes nessa área, conquanto sejam referências, constituem-se em trabalhos com temática ou interesse histórico, os quais, todavia, não avançam para um tratamento analítico-historiográfico exaustivo quanto às fontes e dados apresentados, por não terem, em muitos casos, esse objetivo ou pelos limites das próprias fontes compiladas (Cf. ANACHE, 1991; NERES, 2002, 2007, 2010; NERES; CORRÊA, 2009).

Parece-nos, que, diante do exposto, é preciso rever essa situação lacunar, por meio de pesquisas que tomem como objeto de estudo, sobretudo, a história das instituições educacionais especializadas que se dedicaram, não só nesse estado, mas em todo o país, à assistência e à educação do público com deficiência, especialmente a partir da segunda metade do século XX (MAZZOTTA, 2005; JANNUZZI, 2006; MENDES, 2010). E, ao fazê-lo, produziam uma cultura peculiar, uma memória, um ideário pedagógico-institucional, em síntese, uma identidade histórica (MAGALHÃES, 2004) que está por ser conhecida e explorada. Estudos com esse enfoque são recentes, embora promissores para a historiografia nacional, porquanto

De fato, o que convencionamos chamar de história das instituições educacionais tem ocupado cada vez mais espaço no cenário da pesquisa histórico-educacional, envolvendo uma série de pesquisadores espalhados por todo o Ocidente. No Brasil, ainda que com diversas dificuldades, em virtude da inexistência de repertórios de fontes organizados, alguns historiadores e educadores têm-se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira através da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras. (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 20-21).

Dessa maneira, realizar o trabalho de historiar instituições educacionais especializadas, em particular no Sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, demanda empreender, a princípio, um esforço heurístico para a localização de documentos, impressos variados e materiais iconográficos que, por ora, podem estar avulsos, dispersos, desordenados e em risco constante de deterioração nas instituições educacionais, na posse de ex-dirigentes institucionais e/ou de órgãos públicos ou entidades privadas (Cf. NERES, 2007; NERES; LIMA, 2014). Para tanto, entendemos ser relevante partir do pressuposto de que a instituição educacional, seja ela comum ou especializada, é sempre uma totalidade multidimensional e multifatorial que possibilita compreender, na sua especificidade, o sistema educativo ou a rede de que faz parte, bem como revela novas perspectivas para a hermenêutica e a heurística da História da Educação (MAGALHÃES, 2004, p. 114).

É com base na perspectiva apresentada que ora buscamos, com este artigo, problematizar o processo histórico de implementação da *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande/MS* (APAE), abrangendo, na análise, os momentos de criação do *Centro de Educação Especial Girassol* (CEDEG) por essa unidade apaeana, bem como seu posterior reconhecimento, como escola especial devidamente regulamentada, pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul. Dessa forma, o recorte temporal fica delimitado de 1967 a 1987, pois entendemos que o processo de implementação da APAE campo-grandense só se completa com a criação e o funcionamento legal do CEDEG, já que a oferta de uma escola especializada é uma das marcas identitárias mais evidentes das APAEs e, na verdade, tal oferta já era vislumbrada quando da implantação dessa entidade. É preciso ressaltar que o tempo institucional não acompanha, de certo, o tempo cronológico. Destarte, falar em implementação de qualquer instituição demanda compreender os seus nexos instituintes que não estão, todos, dados de uma só vez, mas se prologam e se entrecem no tempo e no espaço. Além disso, vale esclarecer que não estamos trabalhando com todo o ciclo de vida da APAE/CEDEG, mas apenas com esse momento inicial de sua constituição, que pode ser entendido como a primeira fase desse grande ciclo.

De natureza privado-filantrópica, a APAE/CEDEG tem promovido, sobretudo, o atendimento pedagógico e clínico-terapêutico às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, sendo, historicamente, como já apresentado, a segunda instituição especializada a ser fundada no então Sul de Mato Grosso, para atender a clientela da Educação Especial, em 10 de junho de 1967. Em seu itinerário, compõe uma tessitura problematizante de apropriações, práticas e representações culturais (CHARTIER, 2002; MAGALHÃES, 2004), de modo que se torna necessário entendermos como foi se instituindo nesse espaço-tempo, tomada enquanto uma “[...] totalidade em organização e desenvolvimento, na sua

internalidade e na sua relação ao exterior [...]” (MAGALHÃES, 2004, p. 134); isto é, trata-se de concebê-la pela dimensão do historicamente inteligível.

Voltarmos-nos a essa instituição em particular deve-se ao fato de que ela representa, na localidade em tela, a expansão do atendimento assistencial privado-filantrópico destinado à clientela da Educação Especial, que vinha se configurando no país há alguns anos, especialmente com a criação da primeira APAE, em 1954, na cidade do Rio de Janeiro³ (MENDES, 2010; JANNUZZI; CAIADO, 2013). Essas associações, inspiradas no associativismo liberal norte-americano, logo se expandiram pelo Brasil, atendendo, sob os enfoques clínico-terapêutico, pedagógico e assistencial, sobretudo, pessoas com deficiência intelectual e múltipla⁴, como aparece em suas publicações mais recentes, antes denominadas como “excepcionais”⁵. No correr dos anos, fundaram também escolas especiais em diversas cidades do país, ofertando escolaridade a esse público, em caráter substitutivo e paralelo ao ensino ministrado nas escolas comuns, além de se dedicarem à profissionalização dessa clientela.

Em que pesem as críticas mais recentes, que não temos como discutir neste texto, dados os seus limites, as APAEs, com seu legado, vêm exercendo notável influência nos rumos da Educação Especial brasileira e da assistência ao público relacionado (MENSAGEM..., 2014; JANNUZZI; CAIADO, 2013), gozando, “[...] em grande parte, do registro como associação de utilidade pública em todos os quadrantes federal, estadual e municipal [...]” (MENSAGEM..., 2014, p. 10). Elas balizam, por assim dizer, algumas fronteiras históricas e técnicas do próprio campo, à medida que ocuparam um lugar de ação no qual o poder público esteve ausente e/ou inoperante, tensionando a relação entre o público e o privado na oferta de Educação Especial. Por outro lado, sempre buscaram proximidade ao poder instituído a fim de garantir sua existência, como “[...] evidencia a preocupação política do movimento apaeano de estar próximo a pessoas e órgãos do poder e, dessa forma, de exercer influência política [...]” (JANNUZZI; CAIADO, 2013, p. 12).

No Sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, a instituição tornou-se, logo após sua implantação, uma das mais (re)conhecidas e procuradas pelo respectivo público-alvo, tornando-se modelar para outras APAEs que foram sendo constituídas no interior do estado, dada a proposta expansionista do movimento apaeano e sua capacidade organizativa ou, dito, de outro modo, sua “capilaridade”. Em pouco tempo, legando certo prestígio que as APAEs já tinham em âmbito nacional, a APAE campo-grandense conseguiu acumular elevado capital simbólico e credibilidade junto à população, reunindo em torno de si pessoas influentes e/ou lideranças intelectuais da sociedade local, em um cenário onde os serviços destinados às pessoas com deficiência intelectual eram escassos ou praticamente

inexistentes, embora fossem tão necessários, já que somente os cegos é que vinham recebendo alguma atenção pelo ISMAC.

No que tange à relevância acadêmica, cumpre ressaltar, ainda, que não localizamos trabalhos científicos que tivessem como proposta *sui generis* reconstruir a historicidade, o patrimônio educativo e a memória dessa instituição, a qual integra, conforme explicitado, um movimento de repercussão nacional, qual seja, o movimento apaeano⁶. Este, além de ser o maior movimento filantrópico nacional, também já “[...] é considerado o maior do mundo na luta em defesa dos direitos das pessoas com deficiência mental.” (ARNS apud MENSAGEM..., 2014, p. 15-16). Assim, compreender o processo de institucionalização dessa unidade apaeana é, pois, o objetivo central deste texto, que se integra aos esforços daqueles que têm trabalhado com a História da Educação Especial, mais especificamente com a História das Instituições Educacionais Especiais. Antes de avançarmos nessa discussão, é necessário, porém, delimitar as balizas de nosso caminho, explicitando, a seguir, os procedimentos teórico-metodológicos empregados.

1 Delineamento Metodológico

Para o desenvolvimento desta pesquisa, pautamo-nos na abordagem teórico-metodológica da História das Instituições Educacionais (GATTI JÚNIOR, 2002; MAGALHÃES, 2004), na linha derivada da historiografia francesa, com a revolução documental e temática propiciada pela Nova História. Sob a perspectiva desse referencial, visitamos, em dezembro de 2014, a instituição em foco⁷, coletando e/ou (re)produzindo – mediante registro fotográfico, transferência de arquivos institucionais encontrados em CD-ROMs para computador pessoal e/ou por meio de escaneamento – cópias de documentos oficiais, publicações, vídeos, periódicos e informativos institucionais; relatórios de trabalho, álbuns de fotografias sobre as atividades realizadas na APAE/CEDEG, além de uma pasta com recortes de notícias publicadas em jornais, referentes à vida da instituição. Todas essas ações foram autorizadas pelos dirigentes institucionais.

Tais documentos estavam guardados, em sua maior parte, na biblioteca do centro educacional mantido pela própria entidade, exceto alguns documentos estatutários, obtidos na Diretoria Executiva da instituição. Do ponto de vista teórico adotado, o acesso a essa documentação foi imprescindível para prosseguir nas análises, pois entende-se que “[...] as instituições produzem uma representação oficiosa, assinalando em relatórios a sua imagem e o seu histórico [...]” (MAGALHÃES, 2004, p. 127, grifos nossos). E, como prossegue o mesmo autor, “Pelas referências documentais e porque permite uma aproximação à imagem que as instituições intentaram criar de si mesmas, essa produção não pode deixar de ser meticulosamente analisada pelo investigador.” (MAGALHÃES, 2004, p. 127, grifos nossos).

Ademais, coletamos e analisamos textos memorialísticos escritos para publicações institucionais da APAE/CEDEG, além de fontes secundárias que se fizeram necessárias para compreendê-la em seu processo de institucionalização (MAGALHÃES, 2004). Desde essa etapa de coleta de dados, tivemos, pois, o cuidado de considerar que, na acepção de Magalhães (2004, p. 155, grifos nossos),

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõem a um discurso científico. *É mediando entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas.*

Embasados nesses pressupostos, recorreremos, ainda, a dois depoimentos orais, mediante realização de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra, analisadas com base em eixos temáticos, emergentes das falas dos próprios sujeitos e dos tópicos de nossos roteiros, previamente elaborados, a saber: a condição instituinte da entidade, a implementação de sua escola especial, as representações em torno do indivíduo “excepcional” e as práticas institucionais/educacionais realizadas no período considerado (1967-1987). Cumpre ressaltar que esses dois últimos eixos aparecem inter-relacionados a todo momento nas análises subsequentes, perpassando os dois primeiros. Nesse sentido, cabe lembrar que Chartier (1991, p. 177) considera “[...] não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles.” Logo, não separamos práticas e representações em tópicos específicos, porquanto não seria pertinente tratá-las isoladamente, de acordo com o referencial adotado.

Quanto aos sujeitos que entrevistamos para obter mais detalhes a respeito da criação da citada APAE e sobre os envolvidos nesse processo, um deles foi a professora Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira, ex-diretora pedagógica da APAE/CEDEG (de 1990 a 1994 e de 2000 a 2007), atualmente coordenadora nacional de educação da Federação Nacional das APAES (FENAPAES) e coordenadora estadual de educação da Federação das APAES de Mato Grosso do Sul (FEAPAES/MS). Essa professora nos foi indicada pela direção da APAE, na ocasião de nossa visita, por ser considerada, institucionalmente, umas das principais “guardiãs” e conhecedoras legitimadas da memória dessa associação, bem como por sua militância em prol do movimento apaeano, com trâmite nas esferas nacional e estadual. Também nos foi indicado, nessa mesma circunstância, que conversássemos com Antônio de Almeida Lira, presidente da APAE de

Campo Grande, de 1992 a 1994, e presidente da Federação das APAES de Mato Grosso do Sul (FEAPAES/MS), de 2003 a 2005, atual primeiro vice-presidente da FEAPAES/MS e coordenador do Instituto de Pesquisa, Ensino e Diagnóstico da APAE (IPED), por ser, igualmente, no estado, um dos grandes conhecedores e partícipes do movimento apaeano.

Ambos os participantes se dispuseram a conceder os depoimentos e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a divulgação e uso de suas entrevistas no estudo. Logo, foi com base nessas indicações e critérios que tais sujeitos foram procurados, porquanto teriam informações privilegiadas a partilhar conosco, representados, entre os apaeanos locais, como “memórias-vivas” da instituição. Dito de outro modo, eram fontes orais legitimadas e autorizadas pelos pares, o que já revelava certo posicionamento institucional, no sentido de evidenciar a estratégia da entidade apaeana de impor determinada versão e sentido sobre si mesma e sua história. Por outro lado, os pioneiros mais destacados na criação dessa APAE já estão mortos, o que restringiu sobremaneira os depoimentos a serem coletados. Mesmo assim, consideramos imprescindível a realização dessas entrevistas, haja vista que elas são um meio profícuo de se produzir novas fontes para a compreensão dos itinerários institucionais; são uma nova forma de ampliar o registro e documentação histórica do vivido ou, pelo menos, a representação que ficou desse vivido nos agentes históricos. Em outras palavras,

As informações obtidas por meio de entrevistas, individuais ou coletivas, constituem um conjunto significativo de relatos que permitem a melhor compreensão do processo histórico educacional. São testemunhos vivos de pessoas que participaram efetivamente da construção da história. (COLARES; COLARES, 2012, p. 4909).

Destarte, foi mediante o cruzamento das fontes apuradas, tanto arquivísticas como orais e/ou memorialísticas, na acepção de Magalhães (2004), que esclarecemos, a seguir, algumas considerações sobre a constituição histórica da APAE/CEDEG de Campo Grande, conscientes de que este texto compõe um estudo inicial e de que capta versões possíveis dessa história. Nesse sentido, trabalhamos com os documentos e depoimentos arrolados na perspectiva de Ginzburg (1989), isto é, procurando, selecionando e organizando indícios e pistas encontrados nessa documentação e/ou nos discursos que nos dessem condições de discorrer sobre o assunto, vale dizer, de compor a tessitura histórica pela qual a instituição pôde ser implementada. Assim sendo, a discussão seguinte deve ser lida mais como um indicador da necessidade de pesquisas futuras e do aprofundamento das análises ora apresentadas sobre a temática abordada, de uma perspectiva historiográfica determinada, do que um relato com pretensões conclusivas.

2 APAE/CEDEG: tecendo nexos de sua condição instituinte

A APAE de Campo Grande surgiu, oficialmente, conforme ata de fundação a que tivemos acesso, no dia 10 de junho de 1967, ainda como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mato Grosso, definida como “[...] uma sociedade civil de caráter assistencial, sem intuítos lucrativos e com duração indeterminada.” (ASSOCIAÇÃO..., 1967, p. 1). A fim de melhor se compreender esse momento instituinte (Cf. MAGALHÃES, 2004), é necessário ter em vista que, em Campo Grande, já havia uma articulação anterior em prol da criação da APAE. Há pistas e indícios, na ata fundante, dessa anterioridade, haja vista que a solenidade do dia 10 de junho teve como propósito formalizar e oficializar a criação da instituição, a qual, no entanto, já vinha se estruturando pelo menos desde janeiro de 1967, quando fora realizada a primeira reunião organizadora na cidade.

Por outro lado, os modos de funcionamento dessa associação já eram conhecidos pelos pioneiros locais, sobretudo pelos contatos travados com os apaeanos paulistas. Menciona-se, nessa ata, o “[...] estímulo que os organizadores da APAE de Mato Grosso vinham encontrando da Federação das APAES, com sede em São Paulo [...]” (ASSOCIAÇÃO..., 1967, p. 5-6, grifos nossos). Perante tal constatação, é preciso mencionar que, a esse tempo, o movimento apaeano já estava articulado na capital de São Paulo e nas cidades do interior desse estado, o que repercutia, também, no Sul de Mato Grosso, região historicamente influenciada pelas realizações de São Paulo, tomado como estado modelar, cujas influências chegavam a Campo Grande pela interligação regional, possibilitada, sobretudo, pela estrada de ferro Noroeste do Brasil, inaugurada em 1914, a qual encurtara as distâncias entre o Sudeste do país e o Sul de Mato Grosso, dinamizando a região (AGUIAR, 2013).

A influência paulista e de outras instituições congêneres, possivelmente a *Sociedade Pestalozzi* de Belo Horizonte, bem como a APAE da cidade Rio de Janeiro, a primeira fundada no Brasil, no processo inicial de criação da APAE do então Mato Grosso, é explicitada pela própria ata de fundação, quando o redator registra que, ao tomar posse, a primeira presidente da entidade, professora Oliva Enciso (1909-2005),

[...] falou do que havia visto na cidade de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, citando o nome de Dna. Helena Antipoff⁸, considerada a pioneira de um serviço organizado no Brasil, de recuperação de crianças cegas, surdas, mudas e retardadas, que, em síntese, se denominavam ‘EXCEPCIONAIS’. (ASSOCIAÇÃO..., 1967, p. 5-6, grifos nossos).

De um ponto de vista mais amplo, é preciso lembrar ainda que, no final da década de 1960, a APAE já era uma instituição com repercussão nacional, tendo características

regulamentares e identitárias próprias. Entre essas, destacava-se o propósito de expansão estratégica por todo o Brasil, inclusive reclamando para si o papel de ser a porta-voz do segmento das pessoas com deficiência, *representando-as*, enquanto instância de poder, quando da interlocução destas com órgãos públicos e demais segmentos sociais. Ainda de acordo com Jannuzzi e Caiado (2013, p. 9), “Desde a primeira APAE, nota-se a estrutura bem organizada dessa associação, precedida por comissão [...]” e, por outro lado, uma aproximação com instâncias privilegiadas de poder e/ou “[...] membros de uma elite social letrada.” (JANNUZZI; CAIADO, 2013, p. 8), a fim de concretizar seu projeto institucional e demarcar sua posição *estratégica* no conjunto das forças sociais em jogo (Cf. CERTEAU, 1994), quais sejam, aquelas representadas pelas demais instituições especializadas e pelo poder público, o qual poderia beneficiar ou não o movimento apaeano, pondo nesse jogo uma constante tensão.

Desse ângulo é que foi se delineando, no Brasil, uma relação de proximidade entre o movimento apaeano e os governos da ditadura civil-militar (1964-1985), aspecto que também se verifica na História da APAE de Campo Grande, como será logo explicitado. Aliás, naquele contexto, a instalação da sede da FENAPAES⁹, em Brasília, teria sido apoiada diretamente pelos militares do Exército Brasileiro, de modo que a Federação pôde transferir-se da cidade de São Paulo, onde fora criada, em 1962, para o Distrito Federal, no Centro-Oeste do país, aspecto que também pode ter sido favorável ao (re)conhecimento e expansão das APAEs na porção sul do então estado de Mato Grosso. Afinal, o órgão máximo dessas associações deixava o eixo Rio-São Paulo e se interiorizava, por assim dizer, vindo instalar-se na região central do Brasil. Tal fato é corroborado pelo excerto abaixo, retirado de uma publicação apaeana, segundo a qual,

Em 1968, com o apoio do Exército Brasileiro, a Sede da Federação Nacional das APAEs foi transferida para Brasília-DF. Por tratar-se de instância Nacional do Movimento Apaeano, *o então presidente da Federação Nacional das APAEs, cel. José Cândido Maes Borba, entendeu que a mesma deveria estar localizada na Capital do Brasil, visando, assim, facilitar as relações e interrelações[sic] com os órgãos públicos e segmentos sociais em âmbito nacional.* (FEDERAÇÃO..., 2001, p. 24, grifos nossos).

Outros dados a esse respeito constam no documento referente ao Planejamento Estratégico da FENAPAES para o período de 2009 a 2011, no qual se afirma, textualmente, que a Federação sempre visou à “[...] eleição de presidentes que facilitariam o acesso ao governo. [...]. O perfil de dirigente escolhido era de pessoas que pudessem exercer influência política.” (FEDERAÇÃO..., 2009, p. 12). A citação supra também ratifica essa afirmação, ao destacar o fato de que um coronel do Exército ocupava o cargo de presidente

da FENAPAES, o qual esteve nessa posição por dez anos, de 1967 a 1977 (MENSAGEM..., 2014). Essa conjuntura nos ajuda a entender o processo de institucionalização da APAE/CEDEG, pois, endossando a proposta de Magalhães (2004, p. 133-134), percebemos que:

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.

Ora, partindo do exposto, notamos que esse perfil institucional se repetiu localmente. No encontro de junho de 1967, estavam presentes aqueles que viriam a compor a primeira equipe administrativa da associação apaeana em Campo Grande, bem como outros sócios-fundadores, os quais já estavam, desde o começo daquele ano, participando do processo de criação da APAE do então estado de Mato Grosso. E, por sua vez, tais presentes eram, basicamente, “um grupo de pessoas da sociedade” (OLIVEIRA, 2014), representadas por “[...] médicos, professores, religiosos, empresários [que] comprometeram-se a zelar pelo bem-estar das pessoas com deficiência, oferecendo a educação compatível com as necessidades, possibilidades e princípios da época do *mais amor e compreensão, que era o lema daquela época* [...]” (OLIVEIRA, 2014, grifos nossos).

Para melhor entendermos as implicações do exposto, é mister detalhar ainda que, entre tais presentes, estavam, além de outras personalidades municipais e empresários, “[...] Dom Antônio Barbosa – Bispo Diocesano de Campo Grande, Cel. Faustino Corrêa [da Costa] – Representante do Comandante da 9ª Região Militar, e *apoiadores da causa* [...]” (PEREIRA; MATANA, 2007, p. 9, grifos nossos). Ademais, foram designados consultores da entidade nascente esse mesmo bispo diocesano; o prefeito da cidade, advogado de profissão e ligado a uma família de políticos influentes no sul de Mato Grosso, Dr. Plínio Barbosa Martins¹⁰; o secretário de educação da prefeitura, advogado, pecuarista e, como designado pela ata, professor Abílio Leite de Barros, e o pediatra Walfrido Arruda (ASSOCIAÇÃO..., 1967).

Assim, desde o princípio, a APAE campo-grandense também se valeu da estratégia de buscar proximidade ao poder instituído para deflagrar sua própria ação instituinte e firmar seus compromissos sociais no município (Cf. MAGALHÃES, 2004). Magalhães (2004, p. 71) lembra, a esse respeito, que “Organismos vivos, as instituições educativas como os grupos sociais e como as pessoas angustiam-se, pensam, tomam decisões, analisando o presente na sua complexidade e no jogo de probabilidades de desenvolvimento, perspectivando o futuro [...]”. O grupo inicial, encarregado da sua fundação em Campo Grande, possuía

considerável poder de articulação e influência social, tendo em seu interior pessoas habilitadas para o exercício de funções burocrático-financeiras, contábeis, médicas, pedagógicas, religiosas, políticas e jurídicas, além de militares. Tal aspecto é, pois, um indicativo de que a instituição, já nos primórdios, pensava em funcionar de modo organizado e estruturado, conforme evidenciamos mediante citação anterior de Jannuzi e Caiado (2013), não surgindo, pois, de uma ação meramente espontânea, casual ou sem planejamento, mas com a intencionalidade de congregar, em defesa da “causa” motivadora, personalidades influentes no jogo social campo-grandense, compondo uma figuração estratégica para o êxito apaeano (ELIAS, 1994; ELIAS, SCOTSON, 2000).

Pela ata de 1967, também ficou registrado que, no dia da fundação da APAE, na reunião mencionada, esteve presente, ainda, o Senhor Jorge Sayegh, representando o *Clube Libanês de Campo Grande*. Na ocasião, Sayegh era o segundo tesoureiro desse Clube, fundado em 1951, e já bastante conhecido em Campo Grande/MT. Sayegh foi comerciante e tornou-se renomado fotógrafo na cidade (Cf. OLIVEIRA, 2010). Tal fato é mais um indício de que a entidade nascente buscava aproximar-se de outras associações, particularmente aquelas congregadas por empresários e pessoas com potencial financeiro e/ou influência social para contribuir com a instituição, como ocorreria, tempos depois, com a Maçonaria, na década de 1980.

Cabe lembrar aqui que, em 1967, o Brasil estava sob o comando dos militares, e a instituição nascente, muito provavelmente, teria maiores chances de prosperar se fosse apoiada pelo Exército e demais autoridades, inclusive religiosas, além dos empresários e figuras sociais proeminentes da cidade de Campo Grande, que era, inclusive, uma “região militar”. Nesse sentido, a APAE campo-grandense se instituiu pela iniciativa privada dessa pequena elite social letrada, econômica e/ou culturalmente privilegiada, em uma cidade que experimentava rápido crescimento socioeconômico e populacional (AGUIAR, 2013), tendo por bandeira uma causa definida: a assistência aos excepcionais e o zelo pelos seus interesses, na perspectiva da filantropia social.

Esse fato, por sua vez, se deu, também, em um contexto sócio-histórico-político bem demarcado, qual seja, a ausência de serviços e políticas oficiais voltados às demandas das pessoas com deficiência, o que abria espaço local para a organização da sociedade civil e de suas associações privadas, que buscavam defender interesses de grupos particulares. A situação apresentada, no antigo Sul de Mato Grosso, só começou a se alterar significativamente com a divisão do estado, após 1977, quando houve a necessidade de organizar o aparelho estatal da nova unidade da federação brasileira. Tanto que “Os registros apresentados pela pesquisa realizada por Corrêa (2005) indicam que os serviços de Educação Especial, pela Rede Municipal de Ensino de Campo Grande (REME), só

tiveram início no final da década de 1970 [...]” (NERES; CORRÊA, 2009, p. 5). Ainda conforme esclarece Anache (1991, p. 61),

O atendimento oficial educacional à pessoa portadora de deficiência foi assegurado pelo Estado de Mato Grosso [sic] a partir de 1981, logo após a sua divisão. Até então, a maioria dos programas de Educação Especial existente estava ligada às instituições especializadas não públicas, porém subvencionadas pelo Estado, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a Sociedade Pestalozzi de Campo Grande e o Instituto Sul-Matogrossense [sic] para Cegos ‘Florivaldo Vargas’.

Por outro lado, a relação da APAE campo-grandense com o poder local também se verifica quando recuperamos a trajetória pessoal e profissional de sua mentora e primeira presidente, Oliva Enciso, pois esta, “A partir de novembro de 1930, quando assumiu cargo administrativo na Prefeitura Municipal de Campo Grande, contribuiu, por longas décadas, para a sua consolidação administrativa, e paralelamente se dedicava a outras missões confiadas pelo Executivo [...]” (A BENFEITORA..., 2011). Professora normalista, Enciso fora vereadora em Campo Grande no período de 1953 a 1958, sendo a primeira mulher matogrossense a ocupar esse cargo. Posteriormente, de 1959 a 1963, pela União Democrática Nacional (UDN), tornou-se a primeira deputada estadual de Mato Grosso (OLIVA..., 2000). Ela participava, desse modo, de uma figuração social *estabelecida* que lhe permitia acesso aos representantes da administração pública local, em uma relação de interdependência e reciprocidade nas redes de poder constituídas naquelas circunstâncias (ELIAS, 1994; ELIAS, SCOTSON, 2000).

Além disso, seu protagonismo na criação da APAE de Campo Grande pode ser explicado pela experiência que trazia de sua atuação filantrópica e educacional na *Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante*, por ela fundada nessa mesma cidade. Segundo o Dicionário Mulheres do Brasil, “Criada em 21 de janeiro de 1949¹¹, com apoio dos poderes públicos, essa instituição abriga crianças com o objetivo de dar assistência e educação” (OLIVA..., 2000, p. 457). Ao consultarmos Oliveira (2014) para obter mais detalhes a respeito da criação da citada APAE e sobre os envolvidos nesse processo, a entrevistada nos afirmou:

Então, a APAE de Campo Grande, que foi a primeira APAE de Mato Grosso do Sul, ela foi fundada pela D. Oliva Enciso, professora, *que também já foi vereadora*, primeira presidente da APAE, que, com um *grupo de pessoas da sociedade*, resolveu fundar a APAE de Campo Grande, devido à existência, da mesma forma que surgiu a APAE no Brasil, de pessoas com deficiência necessitando do atendimento especializado e que não eram atendidas em outras instituições. Então, aí surgiu a APAE em Campo Grande. (OLIVEIRA, 2014, grifos nossos).

Sobre esse aspecto, Antônio de Almeida Lira, destacou os motivos pelos quais foi possível, na sua concepção, a instalação da APAE campo-grandense, antecedendo mesmo a de Cuiabá, então capital do estado de Mato Grosso, onde a instituição surgiu formalmente apenas em 6 de outubro de 1967. Em seu relato, apareceram como dados importantes a maior proximidade geográfica de Campo Grande ao estado de São Paulo e a facilidade de acesso a cidades do interior desse estado, o que ratifica a influência paulista na configuração da APAE campo-grandense; o envolvimento de militares nesse projeto, bem como a articulação de pais de pessoas com deficiência e da sociedade local em torno da “causa”. Essas circunstâncias e conjunturas favoreceram, pois, a implantação da APAE na cidade de Campo Grande naquela ocasião, vislumbrando-se, diante do exposto, parte de sua condição instituinte, de seus nexos com os planos local, regional e nacional, os meandros de sua futura ação educacional e ideológica, de seu quadro espaço temporal originário e sua “[...] relação com a realidade material e sociocultural de contexto.” (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Além disso, Lira assinalou o papel do militar, farmacêutico e professor universitário Hércules Maymone (1920-1991) na criação dessa APAE, o qual, curiosamente, não é mencionado na ata de Fundação ou nos breves relatos produzidos pela instituição e seus representantes sobre sua própria história, senão quando se registra sua função de primeiro vice-presidente da entidade, na gestão de Noel Martins (1971-1972), sucedâneo de Enciso, que esteve no cargo de 1967 a 1971; sua gestão posterior como presidente, de 1º de janeiro de 1973 a 31 de dezembro de 1973 e, ainda, o cargo de secretário-geral na gestão de Antônio Issa Nahas (1974-1978) (PEREIRA; MATANA, 2007; MENSAGEM..., 2014; HISTÓRICO..., [2014?]). Nessa direção, é válido ponderar que:

As instituições educativas, como as pessoas, são portadoras de uma memória e de memórias. *Essas memórias-representação*, frequentemente assentes na transmissão oral, revelam-se fixistas, *fruto de olhares particulares e consubstanciam-se em relatos dispersos, memórias factuais e justificativas de destinos de vida, marcadas não raro por arbítrios e exageros de vária ordem.* (MAGALHÃES, 2004, p. 127, grifos nossos).

Assim, a figura de Maymone aparece enaltecida e heroicizada no relato de Lira (2014), haja vista seu afeto e ligação pessoal, no passado, com essa personalidade. Por conseguinte, pode ser que haja certo arbítrio e exagero da parte do entrevistado ao atribuir àquele participação decisiva na criação da APAE campo-grandense, já que Maymone não é mencionado nos documentos e crônicas memorialísticas da própria instituição como um dos grandes fundadores, embora se reconheça sua participação posteriormente. Ademais, não se tem notícias de desavenças que motivassem seu banimento da memória institucional, o

que poderia explicar um possível silenciamento em torno de seu nome pelas narrativas da entidade. Por isso, pensamos que a primeira ponderação pode ser a mais adequada para interpretar o sentido das falas de Lira (2014). O que pudemos apurar, objetivamente, é que, segundo Stein (2003, n.p.), Maymone “[...] teve uma relação mais estreita com as forças armadas, pois foi tenente do exército se afastando do cargo para assumir a secretaria Municipal de Educação de Campo Grande em 1970.” e também mantinha, “[...] estreitas relações políticas com líderes políticos da época [...]” (STEIN, 2003, n.p.). Ainda conforme o relato de Lira (2014):

Eu vim para Campo Grande... era militar. Fui transferido para cá em 1963, início de 63, e fui trabalhar diretamente com Hércules Maymone, posteriormente que participou da fundação da APAE. Hércules Maymone, muito conhecido [...]. Eu trabalhava diretamente com ele, então eu participei de algumas reuniões dele com a professora Oliva Enciso, que foi a primeira presidente e também com um grupo de pais de pessoas com deficiência à época. E aí eles fundaram a APAE e houve a continuidade.

Quando indagado sobre a constituição da APAE primeiramente em Campo Grande, em vez de Cuiabá ou em qualquer outra cidade (sul)mato-grossense, o professor Lira (2014, grifo nossos) ressaltou que:

A nossa visão é o seguinte: geograficamente, Campo Grande era um local mais estratégico, mais próximo de São Paulo. Cuiabá ficava naquela época a 910 Km de distância, porque a estrada era outra, depois melhorou o traçado, reduziu um pouco... Muito a distância, como era mais difícil. Então, Cuiabá era mais isolado. Aqui já era ligado pela estrada de ferro Noroeste do Brasil, há muitos anos, com São Paulo, com Bauru. Isso talvez tenha sido um fator. Outro fator que sempre pesa muito é a articulação, que foi a articulação dos pais, dos pais dos deficientes. Então, conforme aparecia um pai, por exemplo, desses muitos pais, ou alguns dos pais, do início da história, *eles eram... tinham uma posição de destaque na sociedade aqui de Campo Grande.*

Em seguida, ainda questionado se no sul de Mato Grosso existiam – e por que motivos – mais condições de articulação para o surgimento de uma APAE em Campo Grande, Lira (2014, grifos nossos) foi enfático, afirmando que havia, na sua perspectiva:

Mais articulação, mais articulação. Essa é a nossa visão pessoal. Mais articulação das pessoas ligadas à pessoa com deficiência. Então, era farmacêutico, professor; era empresário, militar inclusive. Esse Hércules Maymone não tinha filho com deficiência, mas era muito ligado à comunidade. Ele era muito articulado com as entidades, associação dos dentistas, associação médica e esse grupo vai se estabelecendo aqui. E então foram conversando. E a professora Oliva Enciso também era uma pessoa, professora, além de professora, era política também. Política. Foi

política, foi a primeira mulher deputada aqui da região. Então, a professora Oliva... ela fundou a Sociedade Miguel Couto também, que era um orfanato que pegava crianças órfãs, abandonadas, que existe até hoje. Ela era muito ligada a essa parte filantrópica, caritativa. Então, juntou essa articulação e isso propiciou a fundação da APAE. É um movimento talvez muito semelhante ao que aconteceu no Rio de Janeiro. Os pais sentindo a discriminação, aquela angústia por seus filhos... muitos pais escondiam as crianças. Eles tinham ideia de montar justamente uma escola onde os filhos fossem melhor tratados, fossem melhor acolhidos. E essa *filosofia de acolhimento* permanece até hoje dentro do movimento apaeano brasileiro, dentro da rede apaeana brasileira. *Todas as unidades das APAES se caracterizam e se diferenciam... têm esse diferencial: é o acolhimento, é o entendimento, é o carinho, o amor. Mais amor e compreensão. [...] fazia parte da logomarca da APAE: mais amor e compreensão. [...] Ele [esse lema] continua vigorando. É calçado em cima disso. [...] Mais amor e compreensão permanece permeando o sentimento.*

Tais memórias deixam perceber práticas e concepções que caracterizaram, historicamente, a atuação da APAE, seus compromissos, funções e finalidades, não só em Campo Grande, mas também em outras localidades onde foi instituída, configurando seus quadros imagético e projetivo perante uma determinada sociedade, vista como incapaz de acolher, de compreender, proteger e amar a pessoa com deficiência. É preciso ponderar, neste momento, que o lema mobilizado em torno da constituição do movimento apaeano, inclusive em Campo Grande, como citam os entrevistados, já trazia em si uma determinada *representação* da pessoa com deficiência, qual seja, aquela que estava abandonada pela sociedade, necessitando de acolhimento, afeto e assistência altruísta. Esse aspecto, especialmente nos primeiros anos de vida, marcou as *práticas* da APAE em Campo Grande e orientou o modo como a instituição se *apropriava* das discussões em torno do indivíduo considerado “excepcional” e sobre sua participação/segregação da/na sociedade.

Podemos vislumbrar, assim, relações de poder assimétricas sendo estabelecidas, pois o “excepcional” aparece como o sujeito a ser educado, mas somente por aqueles que o podiam compreender, preservando esse papel para a entidade, que, assim, exercia a dupla função de educação e tutela do indivíduo “excepcional”. Não por acaso, na marca histórica da instituição, a pessoa com deficiência foi representada, simbolicamente, pela frágil flor margarida, amparada e orientada por duas mãos em perfil. Ademais, o atendimento (pro)posto e ofertado à pessoa com deficiência trouxe consigo a perspectiva médica, terapêutica e caritativa, sob a ótica não só educacional, mas também do tratamento e reabilitação. Aliás, semelhante concepção e atuação institucionais foi o que motivou sua fundação e demarcou sua organização e funcionamento no período considerado, atribuindo um sentido à instituição. Já na ata de 1967, o caráter histórico dessas disposições institucionais ficou explicitado na fala de uma das fundadoras,

[...] a Sra. Carolina Maria Freire de Barros, professora de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Grande, que, inicialmente, agradeceu [à Professora Oliva Enciso, que, após empossada presidente, pedira o pronunciamento de Carolina Maria] a prova de confiança em incluir seu nome na diretoria da APAE e falou da *necessidade de um trabalho conjugado de médicos e pedagogos em benefício dos Excepcionais, o que traria resultados positivos* e prometeu fazer o que estivesse ao seu alcance para que a APAE realizasse o seu objetivo. (ASSOCIAÇÃO..., 1967, p. 6, grifos nossos).

É com base nesse posicionamento que a instituição foi descrevendo seu itinerário, suas práticas e construindo sua realidade material e simbólica, enquanto apropriava-se de uma identidade socialmente reconhecível, pautada no cuidado e educação do “excepcional”, mesmo que nem sempre em caráter formal, o que só ocorreria em meados da década de 1970, quase dez anos depois de sua criação. Nesse percurso, pudemos verificar também que, especificamente em relação à APAE campo-grandense, esta, desde o começo dos anos de 1980, passou a incorporar o ideal maçônico de fraternidade, porquanto, na tentativa de encontrar patrocínio para superar uma grave crise financeira que comprometia a continuidade da própria entidade, o então tesoureiro da associação, Yosiharu Nosshe, procurou o apoio de maçons da Loja Maçônica União e Fraternidade VI.

Desse momento em diante, a maçonaria tornou-se uma das mantenedoras da instituição, a qual também tem contado, ao longo dos anos, com verbas públicas, sendo que durante o período de 1981-1983 outras Lojas Maçônicas se juntaram àquela, no objetivo de prover financeiramente a entidade, quais sejam: Acácia do Sul, Fraternidade e Segredo e Gonçalves Ledo (PEREIRA; MATANA, 2007). Essa proximidade à maçonaria pode ser entendida como uma particularidade dessa unidade apaeana e a evidência de que, historicamente, os grupos sociais economicamente privilegiados veem no movimento apaeano a oportunidade de exercer a filantropia, interpretando o atendimento à pessoa com deficiência como questão de “caridade” e estratégia para mitigar as tensões de uma sociedade excludente e desigual, além de promover sua autopromoção na comunidade local.

3 O processo de implementação da Escola Especial da Apae campo-grandense (1975-1987)

Desde sua fundação, constava no Estatuto da APAE de Campo Grande o objetivo de “[...] incentivar a criação e aperfeiçoamento de classes especiais em grau primário e secundário [...]” (ASSOCIAÇÃO..., 1967, p. 1). Tal disposição revelava, pois, o compromisso da associação em apoiar ou mesmo assumir, também, o ensino dos “excepcionais” em

caráter formal, substituindo a ação do Estado ou, para sermos mais exatos, suprimindo a lacuna que este deixava quanto à oferta de escolarização às pessoas com deficiência. De fato, logo após tornar-se presidente da APAE, Pereira e Matana (2007, p. 10) citam que “A Professora Oliva Enciso, apoiada por sua diretoria, trabalhou mantendo a instituição em funcionamento e buscando a constituição de uma escola de educação especial em Campo Grande – MT.”.

O desejo de criação de uma escola era, assim, explícito desde as origens da entidade, haja vista que, como também lembra Oliveira (2014), quanto à APAE, “[...] sempre ela nasce com a vocação de ter uma escola especial.”, em geral para atender os próprios filhos ou parentes dos fundadores e de seus amigos, expandindo sua atuação, também, para pessoas com deficiência oriundas de classes sociais desfavorecidas (LIRA, 2014). A construção dessa escola especializada, porém, não ocorreu de imediato, porque, nos primeiros anos, a instituição não possuía sede própria, tendo funcionado em imóveis alugados. Somente na primeira gestão de Antônio Issa Nahas¹² como presidente da APAE, pôde-se dar início à construção da escola, pois

A instituição recebeu, em doação do casal Lutfala Gales de [sic] uma área com 22.676 m², na atual av. Joana D’Arc nº 1450, bairro Santa Branca, onde se iniciou a construção da escola da APAE de Campo Grande, denomina [sic] Centro de Educação Especial Campo Grandense, que na época tinha como prefeito Dr. Levy Dias, desenvolvendo atividades para arrecadar fundos e buscar recursos financeiros do governo do então Estado de Mato Grosso, com fins de manter a instituição funcionando. (PEREIRA; MATANA, 2007, p. 12).

Observa-se que essa escola, inicialmente, recebeu uma denominação diversa da que hoje apresenta, sendo denominada *Centro de Educação Especial Campo-Grandense* (CEDEC), conforme sua ata de criação datada de 13 de dezembro de 1975 (Cf. ASSOCIAÇÃO..., 2002). A proposta de criação de um centro – e não somente de uma escola – ampliava, assim, a atuação da APAE para além da questão pedagógica ou escolar, pois possibilitava, no mesmo espaço, a realização de diagnósticos e triagem dos sujeitos com deficiência intelectual para o recebimento de benefícios sociais, encaminhamentos assistenciais e/ou para a frequência aos serviços especializados ofertados na própria instituição, como trabalhos de reabilitação e atendimento clínico, assistência terapêutica e farmacêutica, além do acompanhamento educacional e pedagógico propriamente dito.

Tanto que este último parece nem sempre ter tido predominância no projeto de ação institucional da APAE campo-grandense, sendo ofuscado pela preponderância dada às práticas terapêuticas encampadas pela área da saúde¹³, sugerindo, no plano interno da entidade, lutas de representação (CHARTIER, 1991) em torno do indivíduo com deficiência,

passível de ser interpretado como sujeito a ser educado/escolarizado ou a ser tratado/reabilitado. Tal situação levou, assim, a certa ambiguidade e disputa em suas práticas e modos de organização e funcionamento. Nas palavras de Oliveira (2014):

Tem muitas concepções ainda que... muitos dirigentes – não estou dizendo da escola, estou falando da instituição APAE – eles têm dificuldade de entender a educação [como] importante na vida das pessoas com deficiência e até valorizar. É muito complicado eles valorizarem isso aí porque eles ainda têm aquela concepção de excepcional, de gravidade, é a deficiência em primeiro lugar e não a pessoa. Mudar isso é muito forte. Representações. A deficiência ela é muito mais importante do que a pessoa. Isso é uma das coisas difíceis de mudar para as pessoas que estão lá atrás, entendeu?

Posteriormente, o CEDEC mudou de nome, sem alterações substanciais em seu funcionamento e concepção ou endereço. Tivemos acesso à ata do Conselho Deliberativo da APAE, produzida durante a reunião realizada no dia 19 de março de 1984. Esse documento justifica a mudança da designação, ao deixar registrado que, naquela data:

[...] reuniu-se na sede própria da Entidade o “Conselho Deliberativo” para aprovar a nova denominação do “CEDEC” – Centro de Educação Especial Campograndense [sic], para “CEDEG” – Centro de Educação Especial Girassol, cuja mudança de denominação deve-se ao fato de que a sigla “CEDEC” coincide com a de um órgão Estadual, ou seja Coordenação da Defesa Civil. A propositura foi aprovada por unanimidade, passando, então, a escola da APAE a denominar-se “Centro de Educação Especial Girassol” – CEDEG (ASSOCIAÇÃO..., 1984, p. 94, verso).

Por fim, em 10 de novembro de 1986, o CEDEG requereu autorização do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul para ofertar, formalmente, Educação Especial, reconhecida em caráter escolar, conforme as determinações da legislação educacional vigente à época, em particular a Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), embora, desde sua fundação, já mantivesse “[...] os serviços especializados sem o caráter oficial de educação [...]” (QUEIROZ; TERUYA, 2010, p. 3-4). Naquela conjuntura, a necessidade de reconhecimento oficial da escola pelo Conselho Estadual de Educação, ao que parece, foi motivada pelas próprias exigências legais da educação, nas esferas nacional e estadual (BRASIL, 1971; MATO GROSSO DO SUL, 1982), que levaram a uma estruturação burocrática da própria instituição no que tangia às características formais de sua organização e funcionamento, bem como “[...] por conta da necessidade imperiosa de se manter os convênios, tanto na área de educação, na área de assistência social e na área de saúde.” (LIRA, 2014).

Assim, a APAE/CEDEG se apresentava, estrategicamente, atualizada com as novas diretrizes administrativas do país e de seus órgãos públicos daquele momento, os quais demandavam a regularização das instituições filantrópicas para o recebimento de verbas e estabelecimento de convênios em áreas bem demarcadas da administração pública: saúde, educação e assistência social. Nesses termos, a oferta e o funcionamento do ensino especial na APAE/CEDEG foram, enfim, autorizados pela Deliberação nº 1801, de 18 de dezembro de 1987 (ASSOCIAÇÃO..., 2002), sendo ofertados, em caráter oficial, àquela época, os seguintes níveis de ensino: Estimulação Precoce, o Pré-Escolar Especial, Escola Especial e Profissionalizante. Segundo descrevem Queiroz e Teruya (2010, p. 4, grifo nosso).

Em seu primeiro ato de autorização de funcionamento, a escola organizou-se para o exercício de suas funções, possuindo condições estabelecidas pela legislação educacional Lei 5692/71. A escola, com base na referida legislação, oferecia serviços educacionais, de diagnóstico, orientação e reabilitação para a recuperação das incapacidades impostas pela deficiência.

Os alunos eram inseridos em programas de escolarização, permanecendo o tempo necessário para superação de suas dificuldades até que fosse alcançado o desenvolvimento e ajustamento que lhes possibilitasse a mudança de nível de ensino na escola. A permanência do aluno nesses programas não possibilitava a promoção escolar ficando o aluno num determinado nível, submetido ao respectivo programa, tanto tempo quanto fosse necessário. E assim, muitos alunos passaram pela escola sem a obtenção dos resultados que se esperava da forma como ocorria no ensino comum, ou seja, série e grau (Lei 5.692/71).

Mediante o exposto, não obstante as tentativas de se aproximar das características oficiais do ensino escolar, no caso do CEDEG, “Ressalta-se que mesmo com base na lei, as especificidades eram visivelmente apontadas até pelos termos utilizados com relação a essa organização escolar, pois documentava a oferta de ‘treinamento, escolarização e profissionalização’ [...]” (ASSOCIAÇÃO..., 2002, p. 1). Entendemos que isso se deu, sobretudo, pela permanência daquela representação de “excepcional” como ser frágil, a ser “tratado” e “reabilitado” por especialistas, em espaços próprios para tal fim. Essa memória-representação, subsistindo, continuava a direcionar as práticas, apropriações e modos de agir da instituição, de forma a direcionar suas formas de leitura da realidade vivida e as significações a esta atribuídas (Cf. CHARTIER, 1991). Ainda que o discurso apregoasse educação formal, “O que se oferecia, como serviços [sic] era diagnóstico, orientação e reabilitação não com pensamento predominante na aprendizagem, mas com vistas ao máximo de recuperação das incapacidades impostas pela deficiência’ [...]” (ASSOCIAÇÃO..., 2002, p. 1-2).

É justamente com tal reconhecimento e oficialização, pelas esferas governamentais, das práticas “educacionais” já desenvolvidas e fomentadas na APAE/CEDEG que se consolida a primeira grande fase vivenciada pela entidade, isto é, o período abrangido de sua criação como associação até o funcionamento, com amparo legal, de uma escola sob sua égide. Posteriormente, essa instituição e seu centro educacional assumiram outras características e arranjos organizacionais, conforme as mudanças introduzidas pela legislação nacional, tanto no âmbito educacional como da assistência social, e, sobretudo, pelo advento da proposta de Educação Escolar Inclusiva (BRASIL, 2008). Essa questão, entretanto, é tema para outro artigo, dada sua complexidade e os vários nexos que a perpassam, devendo ser abordada em textos futuros.

Considerações Finais

Neste texto, buscamos discutir sobre como se deu o processo de institucionalização da APAE/CEDEG de Campo Grande, explicitando algumas características de sua organização e funcionamento, inscritas em práticas, memórias e representações culturais, as quais direcionaram um determinado modo de atendimento ao indivíduo considerado “excepcional”, seu público-alvo. Pôde-se observar que tal instituição teve uma origem elitizada, com a participação, ao longo de seu itinerário histórico, de agentes sociais próximos aos centros e redes locais de poder. Dessa forma, conseguiu assegurar sua existência identitária e a continuidade de seu projeto inicial, ainda que com algumas alterações estratégicas, como a oferta posterior de educação formal.

Não pudemos, certamente, explorar as múltiplas dimensões pertinentes à historiografia das instituições educacionais, como recomenda Magalhães (2004), no caso da APAE/CEDEG de Campo Grande, deixando esse trabalho para estudos posteriores. Como dito na introdução, ativemo-nos apenas a uma dimensão do ciclo de vida dessa instituição, qual seja, sua implementação, o que torna as análises aqui empreendidas restritas ao período de 1967 a 1987. Seguindo a perspectiva de Magalhães (2004), fomos dos arquivos às memórias e das memórias aos arquivos, a fim de compreender, ao menos parcialmente, a história da implementação dessa instituição, decifrando algumas de suas pistas, ligando acontecimentos e relatos, tocando a materialidade de seus arquivos, reconstruindo suas práticas e representações, em um exercício de (re)leitura de suas próprias narrativas, a fim de compor a tessitura que apresentamos.

Tessitura que, certamente, segue inacabada, à espera de outros historiadores-tecelões que se juntem a essa tarefa complexa e meticulosa de historiar as instituições educacionais especializadas do Sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. Não obstante,

para além das lacunas, esperamos ter, pelo menos, lançado algumas pistas para tornar essa instituição historicamente mais inteligível, ao apresentar alguns nexos, estratégias e sentidos de sua ação instituinte frente à realidade que foi sendo instituída no decorrer do tempo. Dessa forma, almejamos, ainda, contribuir, de algum modo, para a preservação e difusão da história e memória da Educação Especial sul-mato-grossense, pois esta constitui um patrimônio material e simbólico que não pode mais ser olvidado na historiografia da educação brasileira, na sua articulação com os planos local, regional e nacional.

Recebido em: 01/06/2016

Aprovado em: 29/04/2016

NOTAS

¹ O estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar n. 31, em 11 de outubro de 1977, e instalado em 1º de janeiro de 1979. Até então, havia apenas o estado de Mato Grosso. Por isso, utilizamos a expressão *Sul de Mato Grosso* para fazer referência ao espaço geográfico que, com a citada lei, veio a constituir o estado de Mato Grosso do Sul.

² A princípio, denominado *Instituto Matogrossense para Cegos* (IMC).

³ Inspirada no modelo norte-americano da *National Association for Retarded Children (Narc)*, “A fundação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) ocorreu no dia 11 de dezembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, na sede da Associação Brasileira de Imprensa” (JANNUZZI; CAIADO, 2013, p. 7).

⁴ Segundo definição disponibilizada no *site* da Fenapaes, a APAE “Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. *A Rede Apaes destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente, atualmente, em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional*” (REDE APAE..., [2016?], n. p., grifos meus).

⁵ Não discutiremos, aqui, as implicações e as representações implícitas em torno do uso do conceito de “excepcional”, presente na caracterização do público-alvo da APAE. Essa questão carece de um aprofundamento que foge aos limites deste texto. Para um estudo inicial sobre o assunto, leia-se Jannuzzi e Caiado (2013). Por ser um termo histórico e polissêmico, atualmente não mais empregado nas referências às pessoas público-alvo da Educação Especial, optamos por grafá-lo entre aspas, salvo nos casos em que aparece como proveniente de citações diretas ou nomes das instituições.

⁶ Fala-se, mesmo, na constituição de um *movimento apaeano* no Brasil. Conforme o *site* da Fenapaes, “O Movimento Apaeano é uma grande rede, constituída por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras - públicas e privadas - para a promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e a sua inclusão social. Atualmente o Movimento congrega a Fenapaes - Federação Nacional das Apaes, 23 Federações das Apaes nos Estados e mais de duas mil Apaes distribuídas em todo o País, que propiciam atenção integral a cerca de 250.000 pessoas com deficiência. *É o maior movimento social do Brasil e do mundo, na sua área de atuação*” (REDE APAE..., [2016?], n. p., grifos nossos).

⁷ Atualmente, a APAE de Campo Grande é composta por quatro unidades: o *Centro de Educação Especial Girassol* (CEDEG), o *Instituto de Pesquisas, Ensino e Diagnósticos* (IPED), o *Centro Especializado em Reabilitação* (CER) e a *Diretoria Executiva*, revelando seu atual nível organização burocrática e os resultados de seu processo histórico de institucionalização, empreendido a partir de três áreas interligadas, que foram e são basilares às APAEs de todo o país: a educação, a saúde/reabilitação terapêutica e a assistência social.

⁸ Helena Antipoff (1892-1974), psicóloga e educadora de origem russa, ficou conhecida no Brasil por seus trabalhos na área da Educação Especial. Antipoff, que se destacou como uma das fundadoras

da Sociedade Pestalozzi em nosso país, “[...] veio para o Brasil em 1929, a convite do governo do Estado de Minas Gerais, para participar da implantação da reforma de ensino conhecida como Reforma Francisco Campos-Mário Casassanta” (CAMPOS, 2003, p. 209).

⁹ Conforme definição do site APAE Brasil, “A Fenapaes - Federação Nacional das Apaes é uma organização social sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência social; de caráter cultural, assistencial e educacional, que congrega como filiadas, atualmente, mais de duas mil Apaes e outras entidades congêneres, que compõem a Rede Apaes, tendo como missão institucional promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o Movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários” (Cf. REDE APAE...[2016?], s.p.).

¹⁰ Plínio Barbosa Martins foi prefeito de Campo Grande pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de 1967 a 1970.

¹¹ A data, pelo que prevalece nas fontes da imprensa, é 21 de janeiro de 1940, e não 1949, como cita o Dicionário.

¹² Por diversas vezes, entre 1971 e 1985, Antônio Issa Nahas foi membro da diretoria do *Clube Libanês*, algumas vezes juntamente com Jorge Sayegh (Cf. OLIVEIRA, 2010), que esteve presente na solenidade de fundação da APAE, indício de que a instituição sempre buscou apoio de confrarias e associações que lhe garantissem algum patrocínio e/ou lhe permitissem estabelecer uma rede de contatos e influências na sociedade.

¹³ Esse aspecto fica patente na recorrência à palavra *usuário* entre representantes da instituição e/ou em seus documentos e publicações informativas. A referida expressão carrega consigo a marca de um sujeito que se utiliza passivamente de um serviço coletivo, em especial na área da saúde ou da assistência.

REFERÊNCIAS

A BENFEITORA da educação profissional e da cidadania Oliva Enciso. In: *Grandezas da Literatura*. Campo Grande News. 2011. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/colunistas/grandezas-da-literatura/a-benfeitores-da-educacao-profissional-e-da-cidadania-oliva-enciso>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

AGUIAR, Patrícia Menegheti de. *O exame de admissão e a seletividade na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (1942-1971)*. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

ANACHE, Alexandra Ayach. *Discurso e Prática: a educação do ‘deficiente visual’ em Mato Grosso do Sul*. 1991. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1991.

ASSOCIAÇÃO de Pais e Amigos dos Excepcionais. Ata da reunião realizada no dia 10 de junho de 1967. Campo Grande, 1967.

_____. Ata da reunião realizada no dia 19 de março de 1984. Livro de Registros de Atas, n. 002, ano de 1975.

_____. Centro de Educação Especial Girassol. 2002. (Documento de circulação interna).

BRASIL. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 20. set. 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Inclusão: revista de educação especial*. Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, set.- dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18405.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/CHARTIEROmundocomorepresentacao.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Fontes para estudos históricos em educação escolar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., João Pessoa, 2012. *Anais...* João Pessoa: HISTEDBR/Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.20.pdf>. Acesso em: 28 maio 2016.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1994.

_____; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. *APAE educadora: a escola que buscamos: proposta orientadora das ações educacionais*. Brasília: Fenapaes, 2001.

_____. *Planejamento Estratégico Descentralizado 2009 – 2011*. Brasília: Fenapaes, 2009.

FURTADO, Alessandra Cristina; PINTO, Adriana Aparecida. Nos caminhos da pesquisa em História da Educação: imprensa periódica e arquivos escolares em Mato Grosso. *Revista Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 14, n. 2, p. 47-59, maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/16154>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

GATTI JÚNIOR, Décio. A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; _____ (Orgs.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 3-24.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p.143-180.

HISTÓRICO da APAE de Campo Grande. APAE: uma história de muito trabalho e dedicação. In: *APAE Campo Grande- MS*. [2014?]. Disponível em: <<http://www.campogrande.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=23371>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Katia Regina Moreno. *APAE - 1954 a 2011: algumas reflexões*. Campinas: Autores Associados, 2013.

LIRA, Antônio de Almeida Lira. *Antônio de Almeida Lira: depoimento* [17 de dezembro de 2014]. Entrevistador: Giovani Ferreira Bezerra. Campo Grande, 2014.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco-EDUSF, 2004.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº 261, de 26 de março de 1982. Campo Grande, 1982.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, v. 22, n. 57, p. 93-109, maio-ago. 2010. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/9842/9041>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

MENSAGEM da APAE. Brasília: Federação Nacional das APAES, ano 47, n. 1, nov. 2014. (Edição Especial APAE Brasil: 60 anos).

NERES, Celi Corrêa. História do atendimento educacional do PNE- portador de necessidades especiais em Mato Grosso do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. *Anais...* Natal: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/7120.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

NERES, Celi Corrêa. História da institucionalização da Educação Especial em Mato Grosso do Sul. In: ALVES, Gilberto Luiz (Org.). *Pensamento e Prática Educacionais: entre clássicos, instituições escolares, educadores e o mercado*. Campo Grande: Uniderp, 2007. p. 138-161.

NERES, Celi Corrêa. *As instituições especializadas e o movimento da inclusão escolar: intenções e práticas*. 2010. 158f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NERES, Celi Corrêa; CORRÊA, Nesdaete Mesquita. A educação especial na rede municipal de ensino de Campo Grande-MS: um esboço de política pública em tempos de 'inclusão escolar'. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 8., 2009, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html>. Acesso em: 08 jul. 2014.

NERES, Celi Corrêa; FIGUEIRA, Kátia Cristina Nascimento; STEIN, Nedina. Pesquisa sobre instituições escolares: um olhar sobre instituições especializadas. In: ____; ARAUJO, Doracina Aparecida (Orgs.). *Retratos de Pesquisa em Educação Especial e Inclusão Escolar*. Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 195-219.

NERES, Celi Corrêa; LIMA, Marilene Mauricia da Silva. As instituições especializadas em Mato Grosso do Sul: mapeando fontes historiográficas. In: ENCONTRO DE ENSINO,

PESQUISA E EXTENSÃO (ENEPEX), 2014, Dourados. *Anais...* Dourados: UEMS/UFMGD, 2014. Não paginado. Disponível em: <<http://anaisonline.uems.br/index.php/enic/article/view/2262/2189>>. Acesso em: 28 maio 2016.

OLIVA Enciso. In: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 456-457.

OLIVEIRA, Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira. *Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira: depoimento*. [16 de dezembro de 2014]. Entrevistador: Giovani Ferreira Bezerra. Campo Grande, 2014.

OLIVEIRA, Márcia Regina Cassanho de. *Imigração Sírio-Libanesa em Campo Grande e o Clube Libanês*. 2010. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

PEREIRA, João Pedro Santana; MATANA, Rita Marines. Introdução. In: CHACON, Miguel Cláudio Moriel. (Org.). *40 anos: velhas questões, novos desafios*. Campo Grande: Oeste, 2007. p. 9-30.

QUEIROZ, Elenir Rodrigues de; TERUYA, Priscilla Soares. Girassol em Movimento. In: SEMINÁRIO SOCIEDADE INCLUSIVA, 6., 2010, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: PUC Minas, 2010, p. 1-11. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Seminarios/VIseminario/Trabalhos/Comunica%C3%A7%C3%B5es%20e%20Relatos%20de%20Experi%C3%A7%C3%A3o/Os%20Sujeitos%20e%20as%20Defici%C3%A7%C3%B5es/EDUCA%C3%87%C3%83O/GIRASSOL%20EM%20MOVIMENTO.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

REDE APAE e sua História. In: *APAE Brasil: Federação Nacional das APAEs*. [2016?]. Disponível em: <<https://www.apaebrasil.org.br/#/artigo/2>>. Acesso em: 28 maio 2016.

STEIN, Nedina Roseli Martins. Universidade Estadual de Mato Grosso 1969-1979. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 6., 2003, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Campinas: HISTEDBR, 2003. Não paginado. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario6/titulos_Ens_Sup.htm Acesso em: 01 jun. 2015.